

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Maria Kaline Lira da Silva ¹
Thaislayne Maria Lima da Cunha ²

RESUMO

No presente estudo, temos por objetivo analisar a diversidade linguística presente na língua materna do Brasil e as adversidades que o preconceito linguístico fomenta no processo de ensino aprendizagem. Partindo do entendimento de que a língua não se remete apenas às suas estruturas sintáticas, fonológicas e lexicais, mas também ao contexto social em que o seu falante está inserido, compreende-se que a linguagem se modifica de acordo com as situações comunicativas e seus gêneros discursivos. Logo, depreende-se a importância de tratar acerca das variações linguísticas nas aulas de Língua Portuguesa, pois é imprescindível instruir os educandos no tocante à heterogeneidade do uso da língua, que não se resume a uma norma padrão, tendo em vista que apresenta modificações vinculadas a fatores externos à gramática – faixa etária, gênero, classe social, etnia, cultura, etc. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica fundamentada em Bagno (2007) e seus estudos sobre as variações linguísticas e o preconceito que incide sobre elas. Além disso, utilizar-se-á de Bakhtin (2011) no que concerne às suas contribuições para a sociolinguística, Marcuschi (2008) quanto aos gêneros textuais, não apenas à sua definição e classificação de tipologia, como também à influência do contexto sobre o gênero, e entre outros estudiosos que contribuíram para a construção de novos conhecimentos. Assim, constatou-se a relevância de abordar a linguagem de forma mais abrangente no âmbito escolar, pois os estudantes, ao adquirirem discernimento sobre a variedade não padrão e a variante culta, irão dispor de criticidade para contestar o preconceito linguístico e combatê-lo.

Palavras-chave: Variação linguística, Preconceito linguístico, Norma padrão, Gramática.

INTRODUÇÃO

Ao se tratar da língua portuguesa, idioma oficial do Brasil, sabe-se que foi instituída por Portugal no período de colonização, que por meio do Diretório dos Índios no ano de 1757 substituiu o Tupi. Além da influência do Império Português, a então “*Terra de Santa Cruz*” também foi impactada pela presença de outros povos como, por exemplo, Holanda, que se instituiu principalmente no Nordeste, e a África, país do qual provinham a maior parte dos escravizados. Em razão disso, o território brasileiro abarca uma imensa diversidade cultural, social e étnica, que somados à sua vasta expansão territorial cooperam para a heterogeneidade da língua.

Em vista disso, firmou-se a concepção de que apenas em Portugal se faz o uso correto do português. Em sua obra “*Preconceito Linguístico: O que é, Como se faz*”, Bagno (2007)

¹ Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Educamais - UNIMAIS, kaline784@gmail.com;

² Graduanda pelo Curso de Pedagogia do Centro Universitário Facol - UNIFACOL, thaialayny@gmail.com.



afirma que essa visão é equivocada, já que o português brasileiro dispõe da sua própria gramática, e além disso, a língua é um organismo vivo que passa por constantes modificações, pois adapta-se as necessidades linguísticas de seus falantes. Em decorrência disso, o nosso português e o português falado em Portugal apresentam diferenças expressivas, tanto na escrita como também na fala. Assim sendo, as diversas manifestações da língua não se configuram como erros, mas como representações da sociedade que decorrem.

Bakhtin (2006) declara que a língua não se estabelece mediante a um sistema abstrato, uma enunciação monológica isolada ou de um processo psicofisiológico, mas sim por meio de um intercâmbio verbal, concretizado pela enunciação. Assim, constata-se que a língua não só se restringe as normas linguísticas, como também abrange o contexto social. Ainda, segundo os estudos de Marcuschi (2008) acerca dos gêneros textuais, a disseminação da produção de um gênero corresponde à forma na qual a sociedade se organiza, e por isso deve-se compreender a língua em sua função social. Por conseguinte, um falante pode expressar-se de diferentes formas, a depender da adequação que realiza em sua linguagem conforme a situação comunicativa na qual está inserido.

Sob essa perspectiva, a escola, espaço no qual se desenvolve o ensino formal, possui um papel basilar na promoção do desenvolvimento intelectual da sociedade. Bem como, é no âmbito escolar que o educando irá dispor de um maior contato no que concerne a linguagem. Diante disso, é sabido que por muitos anos e ainda nos dias atuais o ensino de língua portuguesa é direcionado predominantemente para a gramática normativa. Todavia, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2018), documento que orienta os sistemas educacionais e a construção de seus currículos, discorre acerca das variações linguísticas e a importância de refletir acerca dessa temática nas aulas de língua portuguesa. Logo, é imprescindível que o professor conduza os educandos a compreender que ao descriminalizar um indivíduo por causa de sua fala, não se critica apenas a sua forma de se expressar, mas também todo o contexto que este falante está inserido.

Em suma, este estudo se trata de uma pesquisa de natureza bibliográfica, na qual as discussões se dão por meio de uma revisão de literatura de livros e artigos que trazem fundamentações teóricas sobre o fenômeno da variação linguística, a língua como forma de interação social, como também acerca dos gêneros discursivos e seus usos. Objetiva-se evidenciar que não só a norma padrão se constitui como correta, porque a língua não é homogênea, e mediante a isso, desencadear o desenvolvimento do senso crítico dos educandos quanto a inconsistência do preconceito linguísticos e a necessidade de o erradicar.



METODOLOGIA

A pesquisa é de cunho bibliográfico e foi realizada através de uma revisão de literatura de textos e livros que tratam da temática em questão. Foram analisados livros que discorrem acerca da variação linguística e os impactos que o preconceito linguístico causa. Como também analisamos obras que tratam sobre a relação entre língua e sociedade, e outras que abordam quanto aos gêneros discursivos, pois a língua se manifesta em diversas situações, amoldando-se as situações comunicativas.

Busca-se com essa pesquisa discorrer acerca da relevância de tratar sobre as variações linguísticas no âmbito escolar, pois ao instruir um educando a ter prudência e não discriminar a forma que alguém se expressa, ele compreenderá que tal ação é errônea e agirá como agente na erradicação do preconceito linguístico.

REFERENCIAL TEÓRICO

A diversidade linguística no português brasileiro

No que concerne ao conceito de língua, Ferdinand Saussure, considerado o fundador da linguística moderna, afirma que a língua além de ser uma parte essencial da faculdade da linguagem, é também “um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos.” (SAUSSURE, 2006, p. 17). Mediante a isso, compreende-se que Saussure não trata a língua e a linguagem como divergentes, e sim como complementares, sendo a língua um veículo indispensável na comunicação entre os indivíduos, pois ela é o produto social da linguagem.

Em razão disso, é de suma relevância entender que a língua falada não é uma extensão da língua escrita. Pois, esta idealização que se deve se expressar da mesma forma que se escreve fomenta o preconceito linguístico, que segundo Bagno (2007) se fundamenta a partir do entendimento de que a língua correta é apenas a que se origina de uma gramática normativa e dos dicionários. Embora essa percepção seja comum, Bakhtin (2006, p. 97) enfatiza que “a língua, no seu uso prático, é inseparável de seu conteúdo ideológico ou relativo à vida.”. Desse modo, não há como uma pessoa se dissociar do seu prisma social para exprimir-se em sociedade, pois não são fatores desvinculáveis. Ainda, para Bakhtin (2011) a natureza da vida é dialógica, o indivíduo participa por inteiro de um diálogo que não possui conclusão, pois parte da interação entre falantes, e esses sempre possuem algo novo a dizer. Desse modo,



A única forma adequada de *expressão verbal* da autêntica vida do homem é o *diálogo inconcluso*. A vida é dialógica por natureza. Viver significa participar do diálogo: interrogar, ouvir, responder, concordar, etc. Nesse diálogo o homem participa inteiro e com toda a vida: com os olhos, os lábios, as mãos, a alma, o espírito, todo o corpo, os atos. Aplica-se totalmente na palavra, e essa palavra entra no tecido dialógico da vida humana, no simpósio universal. (BAKHTIN, 2011, p. 348)

Consequentemente, surgem as variações linguísticas, um fenômeno natural que desponta das mudanças que as línguas passam em decorrência de fatores diversos como, por exemplo, faixa etária, classe social, cultura, entre outros. Nessa conjuntura, verifica-se que a língua passa por adequações para atender as demandas da sociedade, isso ocasiona o desuso de palavras e expressões que antes eram verbalizadas habitualmente devido ao surgimento de novas construções, como ‘broto’, um elogio para descrever alguém atraente, que não é mais utilizado na atualidade. Diante disso,

A mudança na língua é causada por fatores diversos, mas é certo que nenhum deles opera independentemente e que, para que atuem e produzam seus efeitos, é indispensável uma condição: que a língua esteja em uso e integrada no cotidiano dos que a falam. Uma língua não muda ‘de vez em quando’; qualquer língua em uso muda continuamente. (AZEREDO, 2018, p. 66)

Em razão disso, afirmar que o brasileiro não fala português de forma correta é um equívoco. Pois, conforme Bagno (2007, p. 32) explica “o brasileiro sabe o seu português, o português do Brasil, que é a língua materna de todos os que nascem e vivem aqui...”. É fato que a primeira influência linguística do Brasil foi Portugal, entretanto, ao longo dos anos após a sua independência o país se desenvolveu e passou a ter suas particularidades, e com isso, o português falado no território reflete uma manifestação sociocultural e linguística própria.

Ademais, cabe destacar que no Brasil há a presença de outros povos, nos quais preservam a sua identidade cultural e o idioma falado por sua nação. Por esse motivo, a ideia de unidade linguística do país é improcedente, já que além do português, outras línguas estrangeiras também estão presentes no cotidiano de alguns falantes. No tocante a isso, Bagno (2006, p. 18) constata:

Existem mais de duzentas línguas ainda faladas em diversos pontos do país pelos sobreviventes das antigas nações indígenas. Além disso, muitas comunidades de imigrantes estrangeiros mantêm viva a língua de seus ancestrais: coreanos, japoneses, alemães, italianos etc.

Logo, infere-se que um idioma sofre impacto de fatores externos às normas gramaticais. O português não padrão é predominantemente falado por pessoas que tiveram



pouco ou nenhum acesso à educação formal, e por isso não tiveram contato com a norma padrão, devido a diversas variáveis, como: desigualdade social e econômica. Por conseguinte, promover o respeito e a conscientização quanto as variações linguísticas é de suma relevância, sobretudo no contexto escolar para que os educandos possam agir como agentes erradicadores do preconceito linguístico. Pois, a língua portuguesa não se reduz as suas estruturas normativas, visto que a língua é um sistema dinâmico, que se ajusta as exigências e contextos dos seus falantes.

O ensino de língua portuguesa

É notável que ensinar a norma padrão é essencial para que os educandos se tornem proficientes acerca de conceitos sobre a língua materna do país que habitam. Pois, utilizar-se de uma linguagem clara e coesa é fundamental tanto para fala como para a escrita, já que um texto ou um diálogo com a presença de gírias e jargões diversos pode não ser facilmente compreendido por alguns indivíduos, visto que cada pessoa compreende e se manifesta linguisticamente conforme sua perspectiva social, e determinadas palavras e expressões podem não ser usuais em seu cotidiano. Ainda, é imprescindível compreender que uma mesma pessoa pode se articular de diversas formas, a depender da situação social que se encontra, adaptando-se de maneira informal, em um grupo de amigos ou no núcleo familiar, ou de modo formal, em situações jurídicas ou em uma entrevista de emprego.

Valendo-se disso, a gramática normativa e as variações da língua não são excludentes, mas são aspectos interdependentes de uma mesma língua, ambas se manifestam nas práticas linguísticas de seus falantes, exercendo o papel fundamental de estabelecer a comunicação conforme o contexto que são utilizadas. Entretanto, o ensino de língua portuguesa em um contexto escolar apresenta uma centralização na gramática normativa e nos textos literários, que possuem em sua maioria uma linguagem erudita, na qual é vista como um padrão ideal a ser alcançado. Em relação a isso, Bagno (2006, p. 62) pontua:

A prática tradicional de ensino da língua portuguesa no Brasil deixa transparecer, além da crença no mito da “unidade da língua portuguesa”, a ideologia da necessidade de “dar” ao aluno aquilo que ele “não tem”, ou seja, uma “língua”. Essa pedagogia paternalista e autoritária faz tábua rasa da bagagem linguística da criança, e trata a como se seu primeiro dia de aula fosse também seu primeiro dia de vida. Trata-se de querer “ensinar” ao invés de “educar”.

Partindo, ainda dessa percepção, Bagno (2007, p. 18-19) expressa:



O reconhecimento da existência de muitas normas lingüísticas diferentes é fundamental para que o ensino em nossas escolas seja conseqüente com o fato comprovado de que a norma lingüística ensinada em sala de aula é, em muitas situações, uma verdadeira “língua estrangeira” para o aluno que chega à escola proveniente de ambientes sociais onde a norma lingüística empregada no cotidiano é uma variedade de português não padrão.

Mediante isso, compreende-se que o ensino tradicional considera o educando como alguém que não dispõe de conhecimento acerca do próprio idioma, desconsiderando todas as experiências anteriores. Todavia, durante o processo de aquisição e desenvolvimento da linguagem o primeiro contato de uma criança com seu idioma é através da sua base familiar e o grupo social na qual está inserida, e esses suscitam a sua identidade lingüística de maneira expressiva.

Entretanto, ao adentrar em um ambiente escolar onde o educador, que tem como atribuição atuar na construção do conhecimento e desenvolvimento crítico dos educandos, desconsidera que há um saber pré-existente em virtude das vivências dos alunos enquanto sujeito sociais, a prática educativa se torna excludente, passando de uma educação que contribui para o desenvolvimento crítico para uma educação bancária, que segundo a concepção explicada por Paulo Freire (1987), o educador é o detentor do saber e o aluno é um ser meramente receptivo. Logo, requer-se que o ensino da língua materna seja conforme a BNCC (2018) pontua, deve-se refletir acerca das variações da língua a fim de que os educandos se tornem indivíduos reflexivos e participativos na sociedade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os desafios e as perspectivas

Educar abarca enfrentar inúmeros obstáculos, muitos desses externos ao ambiente escolar, mas que refletem significativamente no aprendizado do corpo discente, e conseqüentemente na equipe de ensino, como a falta de recursos, a desigualdade social, a disparidade digital e entre outros.

No ensino de língua portuguesa, um dos principais desafios é o preconceito com a própria língua, preconceito esse que não abrange apenas a fala e a escrita, como compreende também



questões de gênero, etnia, economia, sociedade e cultura. Já que a forma que um indivíduo se expressa advém do meio social na qual ele está inserido.

Em “*Produção textual, análise de gêneros e compreensão*”, Marcuschi (2008) contempla um capítulo a respeito da abordagem dos gêneros textuais no ensino de língua. Nessa seção, o autor aponta que há a presença de muitos gêneros, pois há situações comunicativas diversas. Além disso, ele pontua que “a distribuição da produção discursiva em gêneros tem como correlato a própria organização da sociedade” (MARCUSCHI, 2008, p. 208), em razão disso, é de suma importância que se compreenda não apenas as regras gramaticais, mas também entenda a língua em sua função social para que se faça o uso adequado dela, sem privilegiar uma forma de expressão em detrimento de outra.

Considerando isso, é notável que ao ensinar as normas linguísticas deve-se também contemplar as variações linguísticas como uma forma de expressão legítima da língua. Pois, o português não padrão também dispõe de organização e estrutura. Partindo disso, Bagno (2006, p. 31) discorre que “Se todos compreendêssemos que o PNP é uma língua como qualquer outra, com regras coerentes, com uma lógica lingüística perfeitamente demonstrável, talvez fosse possível abandonar os preconceitos que vigoram hoje em dia no nosso ensino de língua.”. Logo, a forma não padrão não é desorganizada e incoerente, apesar de haver a possibilidade de não ser compreendida com facilidade por um determinado indivíduo ou grupo social, ainda assim essa forma não deixa de ser válida, pois ela pode ser integrante e usada habitualmente em outro círculo social.

Mediante a isso, é relevante ressaltar que a norma padrão é indispensável para situações que se necessita utilizar de uma linguagem formal para se comunicar como em uma entrevista de emprego, uma apresentação de trabalho, na escrita de documentos, provas de vestibular, entre outros. Desse modo, é importante que seja ensinada a fim de que se prepare o educando para essas e outras circunstâncias.

Portanto, o ensino de português deve contemplar a valorização da diversidade da língua com a utilização de práticas educativas interativas e reflexivas, explorando gêneros variados e os seus suportes, pois dessa forma os estudantes irão ampliar suas perspectivas acerca do uso da língua. Ademais, fortalecer a formação continuada dos docentes de língua portuguesa para que esses possam se atualizar sobre novas práticas educacionais, metodologias ativas e outras questões que corroborem para sua atuação docente, e que reflitam de forma significativa na educação dos discentes. Dado que, um ensino de qualidade, dinâmico e interativo potencializa o aprendizado.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi apresentado nessa pesquisa, é constatável que as variações da língua não devem ser tratadas como inferiores em comparação à gramática normativa, pois ambas coexistem no idioma e fazem parte do vocabulário dos seus falantes.

Ainda, tratar o português de Portugal como superior ao português brasileiro é ilógico, porquanto o Brasil ser um país que dispõe de uma história constituída após o fim do período colonial, além da área territorial do nosso país ser mais ampla em comparação a do território português. Ademais, o Brasil foi, e ainda é, influenciado pela presença de outros povos, que contribuíram para a multiplicidade e a riqueza da língua.

Além disso, apesar do ensino de língua portuguesa ainda ser geralmente voltado para o ensino das regras gramaticais, os documentos atuais que regem a educação como a BNCC (2018) já tratam das variações linguísticas como um tópico pertinente a ser tratado em sala de aula, pois desse modo os educandos irão dispor de um vasto conhecimento acerca da sua língua materna, e serão capazes de ajustar os seus discursos a depender da situação comunicativa que participarem, seja essa formal ou informal.

Em virtude disso, as aulas de português devem apresentar uma natureza dinâmica e funcional, na qual conduzirá o educando a desenvolver um perfil questionador, que seja capaz de contestar e se opor ao preconceito linguístico, em que consiste em depreciar a forma que os indivíduos se expressam em sociedade.

Logo, com a construção e desenvolvimento do sendo crítico dos estudantes, eles irão compreender que a língua se adequa ao contexto comunicativo, os gêneros textuais se amoldam ao meio social, e com isso proporcionam múltiplas formas de uso em situações diversas. Assim, compreende-se que o uso e a compreensão da gramática é pertinente, entretanto, isso não implica na marginalização das variações linguísticas, pois há variados cenários de interação social e cada um deles compreende uma forma distinta de se expressar.

REFERÊNCIAS

AZEREDO, José Carlos de. **Gramática Houaiss da língua portuguesa**. 4. ed. São Paulo: Publifolha: Instituto Houaiss, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <<https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 29 set. 2025.



BAGNO, Marcos. **Preconceito Linguístico: O que é, Como se faz.** 49. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

BAGNO, Marcos. **A língua de Eulália: novela sociolingüística.** 15. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Estética da criação verbal.** Prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov; introdução e tradução do russo Paulo Bezerra. 6. ed. - São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovitch. **Marxismo e filosofia da linguagem.** 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de lingüística geral.** 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

